

O fenômeno das zungueiras, a segregação urbana e a consolidação dos musseques em Luanda, Angola

DOI: 10.20396/labore.v16i00.8668602

Aurea Bianca Vasconcelos André

<https://orcid.org/0000-0002-1638-9482>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Campinas [SP] Brasil

Vera Santana Luz

<https://orcid.org/0000-0001-6931-0574>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Campinas [SP] Brasil

RESUMO

Este artigo tem como escopo o fenômeno das vendedoras do comércio informal, conhecidas como *zungueiras*, e a consolidação de bairros informais no espaço urbano da cidade Luanda, Angola, como dois aspectos da segregação socioespacial. Busca-se entender as dinâmicas urbanas que resultaram no processo de constituição dos *musseques* e suas transformações territoriais ao longo do tempo e da segregação das *zungueiras*, ambos como supressão do direito à cidade, mediante aspectos da trajetória que o país percorreu desde o período colonial até a atualidade. Entendendo que a cidade é um campo de constantes disputas e conflitos socioterritoriais, recorre-se a referências sobre os conceitos de circuito inferior e das epistemologias do sul, no sentido de encontrar brechas para o entendimento de possibilidades de autonomia e emancipação.

PALAVRAS-CHAVE

Musseques. Zungueiras. Segregação socioespacial. Luanda – Angola.

The the phenomenon of the informal commerce sellers, known as *zungueiras*, and the consolidation of informal neighborhoods in the urban space of Luanda, Angola

ABSTRACT

The scope of this article is the phenomenon of the informal commerce sellers, known as *zungueiras*, and the consolidation of informal neighborhoods in the urban space of Luanda, Angola, as two aspects of socio-spatial segregation. It seeks to understand the urban dynamics that resulted in the process of constitution of the *musseques* and their territorial transformations over time and the segregation of *zungueiras*, both as suppression of the right to the city, through aspects of the trajectory that the country has followed from the colonial period to the present days. Understanding that the city is a field of constant socio-territorial disputes and conflicts, references are made to the concepts of lower circuit and southern epistemologies, in order to find gaps for understanding the possibilities of autonomy and emancipation.

KEYWORDS

Musseques. Zungueiras. Socio-spatial segregation. Luanda – Angola.

1. Introdução

O escopo deste trabalho se origina de pesquisa de mestrado, de maior amplitude (André, 2022). A metodologia orienta-se pela análise da morfologia urbana, no sentido de estabelecer determinadas compreensões das dinâmicas socioespaciais. Estas configurações, no nosso entendimento, conduzem à formação de fronteiras concretas e imaginárias dentro do próprio tecido de Luanda, em função de personagens que participam do que podemos considerar paisagem cultural. Em oposição, a literatura aponta para processos de gentrificação, em partes da cidade, que aspiram à condição e expressão de “cidade global” (Croese, 2016). Previu-se, a partir de referências bibliográficas, a consideração de aspectos da estruturação urbana de Luanda na reconstrução pós-guerra (Development Workshop, Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos & One World Action, 2005; Quelhas, 2008; Bettencourt, 2011; Venâncio, 2013; Matias, 2015; Nascimento, 2017; Cain, 2019).

Fontes bibliográficas orientaram a investigação do papel da mulher de baixa renda neste contexto, debruçando-se sobre o fenômeno do comércio informal tendo como estudo de caso as *zungueiras* e suas relações sociais (Pantoja, 2000, 2001; Kasembe, 2005; Fonte, 2006; Macedo, 2006; Monteiro, 2012; Lopes, 2014; Finston, 2015; Queiroz, 2016; Domingos & Brito, 2018; Daio, 2020, Telo, 2021). A pesquisa se deu, portanto, pela investigação da eleição de autores da literatura especializada, a respeito dos principais condicionantes do processo de urbanização, para entendimento da ressignificação dos espaços urbanos luandenses e da inserção das *zungueiras* neste processo.

A investigação documental considerou marcos legais fundamentais relacionados, notícias em jornais e documentação fotográfica, a partir de fontes disponíveis, concernentes ao comércio informal, tendo como foco a situação atual das vendedoras ambulantes. Foram cotejados estudos acadêmicos de temas análogos, seus pressupostos, métodos e resultados (Fonte, 2006; Bettencourt, 2011; Monteiro, 2012; Venâncio, 2013; Finston, 2015; Matias, 2015; Queiroz, 2016; Domingos & Brito, 2018; Telo, 2021). O enquadramento teórico se deu, especialmente, a partir da discussão dos conceitos de circuito inferior (M. Santos, 2018; K. L. Santos, 2021) e de epistemologias do sul (B. S. Santos, 2018). Como pano de fundo, embora sem a pretensão de sistematização científica, contou-se com a vivência cotidiana de uma das autoras deste trabalho (André, 2022).

Angola é um país situado no sudeste do continente africano, colonizado pelos portugueses nos finais do século XV e que conquistou sua independência em 1975. Os *musseques*, em Angola, correspondem, em certa medida, às favelas no Brasil, caniços em Moçambique e *slums* na Índia e na África do Sul, identificados, por semelhança, como bairros informais com carência de infraestrutura urbana, alta densidade populacional e habitações em condições precárias (Bettencourt, 2011; Nascimento, 2017; Cain, 2019). Sua expansão maciça se deu devido ao êxodo rural no período da guerra civil, enfrentada pelo país durante quase trinta anos (1975-2002), após a independência. Os *musseques* urbanos de Luanda, contudo, fazem parte da tradição de exclusão colonial, desde o início da configuração da cidade (Daio, 2020). Os *musseques* em Luanda formaram-se afastados do centro urbano, acomodando a população das classes inferiores, escravos libertos e o povo oriundo de outras províncias.

A palavra *musseque*, do *kimbundu*¹, significa areia vermelha; era um termo utilizado para identificar *cutatas*² situadas no entorno da cidade em zonas periféricas, que serviam de refúgio para a população nativa e de baixa renda. A dualidade de ocupação socioterritorial marca o tecido urbano de Luanda desde os primeiros anos do século XX, configurada então pela zona considerada urbana e a zona dos *musseques* (Amaral, 1983; Quelhas, 2008; Bettencourt, 2011).

Zungueiras é a denominação de vendedoras ambulantes do mercado informal angolano. Estas mulheres percorrem quilômetros diariamente na busca de comercializar produtos diferentes como: alimentos, utilidades, acessórios e vestimentas. A palavra, utilizada pelo linguajar da população de Luanda para designar estas vendedoras ambulantes, é originada do termo *zunga*. Advém da língua nacional *kimbundo*, significando andar à volta, circular. A prática de venda em movimento resiste às mudanças sociais, políticas e econômicas do país (O. A. Santos, 2010; O. Santos, 2011; André & Luz, 2021; André, 2022).

¹ *Kimbundu* é um dialeto angolano falado por mais de um milhão e meio de pessoas, maioritariamente na região de Luanda, Catete, Malenje, centro e áreas a norte do país. Desde o século XVI, é uma das línguas africanas que mais conviveu com o português. A partir do século XIX, os europeus convencionaram chamar a família de línguas africanas, da qual o *Kimbundu* faz parte, de *Bantu* – que significa pessoas (Ramos, 1997, para. 1-2).

² *Cubata* significa casa em *kimbundu* – habitações vernaculares de aldeias africanas, cobertas por camadas de capim seco (Cubata, n. d., para. 1). Em Angola são, em geral, construídas de adobe e taipa de pilão. Em dados de 2014, segundo o Instituto Nacional de Estatística (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2016, p. 76), 23% dos agregados familiares angolanos viviam em *cutatas*.

Com respeito à desigualdade, correspondem a Angola o Coeficiente de Gini de 51,3 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,581. O país se classifica na 148ª posição entre 189 países pesquisados pela ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2019, p. 241). O desdobramento da ocupação urbana evidencia-se. Conforme Tvedten & Lázaro (2016):

Isso faz com que Angola seja uma das sociedades mais desiguais do mundo. Em Luanda, esta disparidade/ desigualdade expressa-se especialmente na forma de áreas urbanas formais e nobres (conhecidas como “a cidade” ou “Cidade”) e áreas informais e pobres nas quais, a grande maioria dos habitantes da cidade vive. (Tvedten & Lázaro, 2016, p. 2)

Sendo as *zungueiras* atores importantes neste processo de segregação socioespacial, tem-se como evidência as inúmeras mortes das vendedoras ambulantes em Luanda, sob a justificativa oficial de desordem pública. Pretende-se trazer o debate sobre a contradição entre informalidades no tecido urbano, políticas públicas urbanas e paisagem cultural. Objetiva-se a compreensão do processo de urbanização e o entendimento da ressignificação dos espaços urbanos a partir da relação de vivência entre os agentes que usufruem desse espaço, mesmo que em condições adversas (André & Luz, 2021; André, 2022).

Este texto se estrutura abordando, inicialmente, aspectos da consolidação dos *musseques* em Luanda, Angola, sob a perspectiva da desigualdade socioespacial, considerando também fases históricas deste processo. Em seguida se debruça sobre o fenômeno das *zungueiras*, entre os diversos expedientes tradicionais de trabalho informal em Luanda, buscando apontar circunstâncias que reiteram sua segregação socioespacial e cultural e, em contrapartida, seus expedientes de organização e resistência. Conclui-se pela consideração de que as *zungueiras* são, atualmente, mesmo em condições de adversidade, parte da paisagem cultural de Luanda, cujas possibilidades de sobrevivência são ditadas como circuito inferior da economia. Paradoxalmente, aponta-se para limites da intenção de representação de uma cidade global como paradoxo perante as reais condições de desigualdade, que de toda sorte podem ser extensíveis a vários países periféricos.

2. A consolidação dos musseques em Luanda

A partir do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), serviço público de informação estatística oficial nacional, Tvedten & Lázaro (2016, p. 2) sistematizaram, em dados de 2014 e 2015, a porcentagem desfavorável de 35% de participação da população no mercado de trabalho, 71% de habitações com materiais inadequados e somente 47% de acesso a água potável. Mediante estudo, os autores se debruçaram sobre determinados *musseques* de Luanda, com vistas a perceber as dinâmicas da pobreza. Os autores constataram a dificuldade de mobilidade social para o contingente humano dos bairros pobres, sem emprego, educação e dinheiro. Definiram pobreza como:

i) a falta de emprego e de rendimento necessário para atender às necessidades básicas, ii) uma sensação de impotência e de não ter voz ativa face às instituições da sociedade e do Estado, e iii) vulnerabilidade a choques diversos associados à capacidade de lidar com eles através de relações sociais e instituições legais (Tvedten & Lázaro, 2016, p. 3).

Depoimentos de determinados jovens dos *musseques* manifestaram a falta de saída e esperança, onde o principal problema seria, segundo Tvedten & Lázaro (2016):

[...] a escassez de coisas para fazer, exceto trabalhar como biscateiros ou fazer parte de gangues para meninos (os marginais), trabalhando como comerciantes de pequena escala (ambulantes/ zungueiras) ou, no caso das meninas, ‘jogar com os homens’ (um eufemismo para a prostituição ou o casamento infantil) (Tvedten & Lázaro, 2016, p. 4).

A segregação socioespacial é resultado da desigualdade social extrema entre as classes que coexistem em Luanda. A cidade em si é composta de extremos, onde uma minoria constitui a classe dominante e, a classe subalterna, a maioria da população. Consideramos, para a compreensão do fenômeno das *zungueiras* e dos *musseques*, a noção de território usado, na acepção de Milton Santos, segundo o qual “o território são formas, as do território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” (M. Santos, 2014, p. 138). A cidade, como território, revela a desigualdade social concretizada em segregação socioespacial. Um fator determinante é a terra urbana como valor de troca superior ao valor de uso (Lefebvre, 1991).

A supervalorização do solo nas áreas urbanas centrais infraestruturadas resulta em sua ocupação pelas classes favorecidas e expulsão de contingentes que não detêm poder aquisitivo, ao que Villaça (2001) conceitua

como valor de localização. Relações socioeconômicas na produção e uso do espaço urbano estão ligadas ao controle e domínio. Villaça (2011), a partir da realidade brasileira, discute a segregação por regiões e, não necessariamente, através da relação centro *versus* periferia. Busca, mediante a historicização da segregação, demonstrar como se dá a relação entre segregação e a totalidade das estruturas social e urbana – em que comparecem movimentos econômicos, políticos e ideológicos. O autor pretende explicitar as nuances entre os conceitos de dominação, que gera desigualdades, e da segregação “*através do espaço urbano*, ou seja, mostrar o papel do espaço urbano no processo de dominação”, (Villaça, 2011, p. 38). Este fenômeno abarca o papel do Estado e o discurso oficial e da legislação urbanística. Segundo o autor:

O controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja: sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer, etc. [...]. Daí decorrem a grande disputa social em torno da produção do espaço urbano e a importância do sistema de transporte como elemento da estrutura urbana. [...] Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produto do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da cidade em seus deslocamentos espaciais. [...] No espaço urbano, como em outras esferas sociais, a dominação social se faz mediante desigual distribuição, entre as classes sociais, dos frutos do trabalho (Villaça, 2011, pp. 56-57).

No caso angolano, considera-se as especificidades históricas, econômicas e sociais do país, que envolvem o surto de industrialização e da construção civil. Esta dinâmica espacial influi na população de baixa renda, que é expulsa para áreas distantes dos centros urbanos formais, dotados de infraestrutura, dos locais de trabalho e oportunidades. Esta dinâmica força os contingentes mais pobre a criar *musseques* em determinados espaços vazios intersticiais e ocupar zonas de risco, como margens de rios, de ferrovias, resultando em intenso espraiamento urbano (Quelhas, 2008; Matias, 2015; Nascimento, 2017)³. Quelhas (2008) define Luanda como três cidades: “1 – A cidade ‘colonial’ – centro administrativo dos negócios e urbanizada antes de 1974. 2 – Os *musseques* – onde mora a maioria dos cidadãos. 3 – Os subúrbios de luxo”.

Nos anos entre 1930 e 1960, o tecido urbano de Luanda estava dividido entre a cidade branca e a cidade africana. A cidade branca contava com o centro, as funções administrativas, os maiores fluxos de comércio e a prioridade das infraestruturas urbanas. A cidade africana, composta por *musseques*, sem vias asfaltadas ou qualquer infraestrutura, era a zona que servia de refúgio para os pobres. Ante as dinâmicas socioespaciais e transformações ocorridas na cidade neste período, sucedeu-se esta segregação, tornando a cidade dualista.

De acordo com Amaral (1983, p. 295), entre as causas que influenciaram nesta dualidade, deu-se o êxodo rural, a migração excessiva e a conseqüente ausência de áreas verdes e equipamentos urbanos, ou seja, a falta de elementos essenciais de organização do espaço que acompanhassem seu crescimento. A expansão da cidade ocorreu, em grande medida, devido ao incremento econômico oriundo da indústria do café, atraindo não somente imigrantes, como contingentes de outras províncias. O desenvolvimento urbano nas áreas centrais de Luanda resultou na supervalorização do solo e na espoliação de terras originalmente da população nativa, para a distribuição e construção de fazendas para os novos colonos (Queiroga, 1932, pp. 44-50 citado por Agostinho, 2018, p. 10).

Em 1940, a Câmara Municipal de Luanda decretou um estatuto desapropriando permanentemente os moradores das Ingombotas⁴, visando suprir as necessidades habitacionais dos novos imigrantes vindos da Europa; a população local foi remanejada para o Bairro Operário (Venâncio, 2013). Compreende-se que Luanda se expandia mediante políticas urbanas cujo modelo atendia meramente as necessidades da elite, predominantemente branca. Desconsiderou as zonas periféricas, o aumento dos assentamentos informais e o direito à moradia da população de raiz africana. Na ausência de conjuntos habitacionais para os nativos, o povo construía casas em *musseques*, com o pouco de materiais disponíveis, ou alugava *cubatas* (Venâncio, 2013, p. 53), em terrenos abandonados ou sem uso.

No período entre 1926 e 1949 existiu, por parte do Estado, iniciativas de construir bairros econômicos operários para o povo angolano (Mourão, 2015, pp. 187-217 citado por Agostinho, 2018, p. 12). Mourão

³ No auge do crescimento econômico, em 2007, 55% das empresas em Luanda geraram 77% dos empregos na iniciativa privada e 27% dos empregos no setor público, o que tornou Luanda responsável por uma média de 74% do PIB nacional, influenciando no crescimento das taxas de dois dígitos entre 2002 e 2007 (Rocha, 2010). Dez anos depois, em 2017, o país tornou-se no maior produtor de petróleo do continente africano. Atualmente o país é o segundo maior produtor de petróleo do continente depois da Nigéria. Angola tem um dos maiores PIB do continente africano; muito deste crescimento econômico se deve à produção petrolífera, pois cerca de 95% das exportações e 70% das receitas fiscais de Angola vêm do petróleo (Africa Oil Week, 2019).

⁴ Ingombotas, bairro atualmente situado no centro da cidade de Luanda. No período colonial era considerado bairro dos negros. Bairro Operário, assim como bairro Ingombotas é um bairro histórico e construído pelas autoridades coloniais, destinado aos negros nativos operários da época (Nascimento, 2017).

(2006, p. 243) salienta a postura discriminatória destas iniciativas, em isolar a população africana. Em 1942, surge a preocupação com o primeiro Plano de Urbanização para a cidade, compreendendo a proposta de construção de cinco cidades-satélite. Torna-se evidente a intenção das autoridades locais, à época, no sentido da segregação entre europeus e população autóctone. O esquema teórico da Cidade-Satélite 3, de 1948, elaborado por Vasco Vieira da Costa, (M. Fonte, 2006, p. 85), ilustra esta situação (M. Fonte, 2006, p. 86). Reproduz-se, à Figura 1, o diagrama:

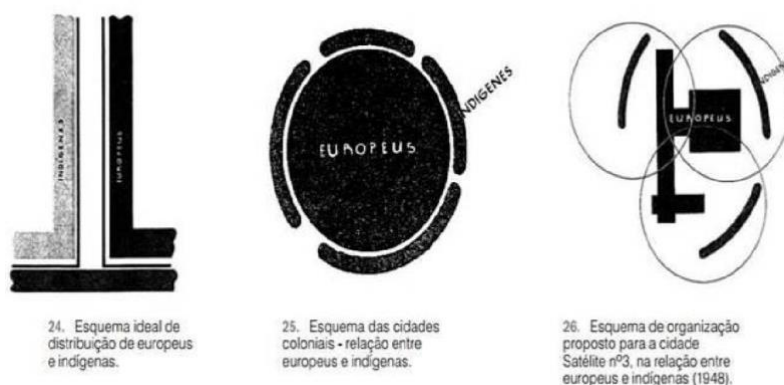


Figura 1. Diagrama geral da cidade Satélite 3 de Vasco Vieira da Costa, 1948. Fonte: M. Fonte, 2006, p. 86.

Observa-se que a proposta de urbanização de Luanda assumia diferenciações significativas entre os dois contingentes étnicos que nela habitavam, onde os europeus moravam no centro e os denominados indígenas nos arredores da cidade. O crescimento urbano foi acompanhado de processos de desenvolvimento das áreas centrais, que correspondiam ao desaparecimento de *musseques* próximos, à desapropriação de terrenos e, paralelamente, à construção de novos *musseques* nas zonas periféricas. A propósito do Editorial “O problema da habitação em Luanda. É preciso construir casas para todos”, do Jornal Cultura, de 3 março de 1958, Agostinho (2018, p. 19) salienta a ideologia de separação étnica e social:

Enquanto não se levarem a efeito os objectivos consignados no referido Diploma 2799, tem se garantir habitação à gente que se estabeleceu nestas zonas, parte dela irradiada de outros centros dos musseques, agora transformados em bairro residenciais integrados na área urbana da capital, como sejam: Viúva Leal, Bettencourt, Cayate Ramalho, Braga, Vila Coltilde e Vila Alice (antigo musseque Caldeira). Para isso há só um caminho: a expropriação dos locais que os indigeneas ocupam, como aliás se preve naquele diploma (Jornal Cultura, 1958, p. 5, citado por Agostinho, 2018, p. 19).

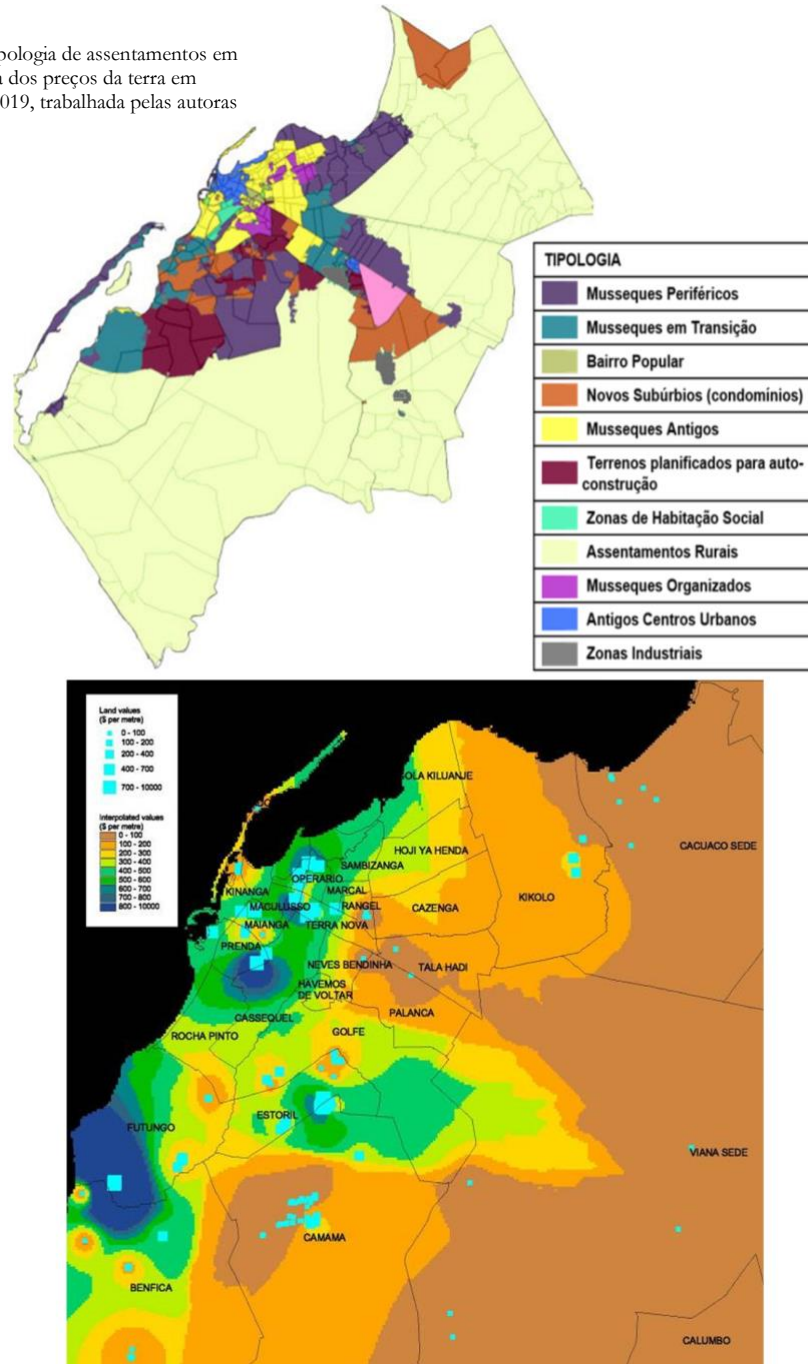
A segregação racial, imposta pelo colonizador, foi transferida para a conceituação do espaço urbano do Plano Urbanístico, ou seja, os *musseques* foram produto de um processo de segregação socioespacial no período colonial. A leitura urbanística do tecido urbano deste período ajuda-nos a compreender como foi estruturada a ordenação territorial da cidade de Luanda.

O período pós-colonial, em Angola, foi marcado por duas épocas: período pós independência, quando ocorreu a guerra civil (1975-2002), e período posterior à guerra civil, de 2003 à atualidade. Após a proclamação da independência, em novembro de 1975, o país sofreu uma instabilidade política que resultou na guerra civil que durou aproximadamente 30 anos. Luanda foi uma das cidades que não serviu como campo de batalha, contudo tornou-se refúgio para contingentes oriundos de outras províncias abrangidas pela guerra. Luanda contou, então, com um crescimento exponencial da população, devido ao êxodo rural. Essa migração massiva resultou em problemas urbanos, tais como o aumento dos *musseques* e de habitações precárias, redes de esgoto sobrecarregadas, degradadas ou inexistentes, construções desordenadas, ocupações irregulares e em zonas de risco.

De acordo com Bettencourt (2011), cerca de 80% da população que reside em Luanda habita em *musseques*. As classes sociais mais baixas ocupam áreas periurbanas ou periféricas informais, zonas consideradas não urbanizadas. Após o término da guerra civil, houve um crescimento econômico e o Estado, em parceria com o setor privado, desenvolveu projetos de habitação direcionados às classes média e alta, reiterando a dualidade da cidade e os conflitos de uso de solo. Embora teoricamente existam projetos de habitação social sendo

desenvolvidos pelo Estado, que se baseiam em políticas de realojamento da população, estes têm como foco cumprir metas de construção e, na prática, há dificuldade de aquisição pela população de baixa renda. São distantes do centro e a infraestrutura de transporte é insuficiente. Dada a dificuldade de acesso a estas residências, a população, por vezes, opta por construir, de modo precário, suas próprias residências em interstícios da cidade formal. Atualmente, as classes alta e média residem predominantemente em zonas pontuais urbanizadas, dentro da área de expansão de Luanda. A Figura 2 ilustra a expansão da área urbana, paralelamente ao valor da terra, a partir de dados recentes.

Figura 2. Superior: Tipologia de assentamentos em Luanda. Inferior: Mapa dos preços da terra em Luanda. Fonte: Cain, 2019, trabalhada pelas autoras



A disputa socioespacial entre a cidade formal e a informal mantém-se. Há, entretanto, apropriação de *musseques* situados na cidade formal, e propostas de sua requalificação. Contudo, a população que lá reside acaba sendo desalojada. Esse ciclo vicioso vem se repetindo desde o período colonial, como prova de que apropriações e remoções forçadas não resolvem os problemas urbanísticos, mas criam novos.

Apesar da segregação urbana entre centro e periferia ser a mais tradicional, os atuais *musseques* da cidade de Luanda demonstram existir de outras formas. Como aponta Villaça (2011, p. 38) “as abordagens sob a óptica centro *versus* periferia, quando ultrapassam a descrição, limitam-se a denunciar a injustiça, não conseguindo explicar a segregação nem a articular ao restante da estrutura urbana e da totalidade social”.

A teoria de uma segregação em que os bairros de classes altas permanecem próximos ao centro urbano e os de classes baixas distantes do centro foge, em termos, da realidade atual de Luanda. O Talatona, por exemplo, é um bairro de classe média e alta que não está situado próximo ao centro urbano, composto de condomínios fechados que contribuem para uma outra forma de segregação.

Existem diferentes tipologias de *musseques* em Luanda. O trabalho do Development Workshop (DW), em conjunto com o Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos (CEHS) e com o One World Action (OWA)⁵ (Development Workshop, Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos & One World Action, 2005, pp. 85-86), os caracteriza a partir de: padrões e proporção de migrantes e zonas de origem dos residentes; períodos de afluxo ao assentamento e intenções de mudança; principais formas de acesso à terra, quantidade e tipo de documentos ou comprovativos de direito à terra em posse dos agregados; atitudes relacionadas à posse da terra; senso de segurança expectativas de conflitos de terras. Mediante essas categorias de análise, definiram seis tipologias: bairros populares; *musseques* antigos; *musseques* ordenados; *musseques* em transição; *musseques* periféricos; novos assentamentos (condomínios).

Os denominados condomínios, mais recentes, prioritariamente localizados na região sul de Luanda, são fruto de parceria do Estado com companhias privadas nacionais e internacionais, para instalação de habitação de seus empregados. Em condições formais, contemplam infraestrutura e serviços. Os bairros populares oriundos dos anos 1960 e 1970, correspondentes ao fim da era colonial, eram planejados em escala, pelo Estado, ou por companhias públicas, com casas alinhadas a ruas; se destinavam à classe trabalhadora negra ou famílias pobres brancas, cuja implementação foi paralisada após a Independência. Com serviços precários, foram paulatinamente deteriorados e adensados pela ocupação informal em suas áreas livres. Os *musseques* antigos, originários de assentamentos da população negra na periferia da cidade formal, são resultado do êxodo rural ocorrido no período colonial – onde os nativos não tinham lugar no centro da cidade, e se viram obrigados a recorrer a autoconstruções tendo as cubatas como referência. Como afirma Daio (2020, p. 1), foram implementados “com vias em terra batida e de traçado regular”.

Na época da Independência, os *musseques* comportavam metade da população de Luanda; posteriormente se adensaram e têm se expandido sobre áreas livres, em terrenos vagos intersticiais da cidade formal, encostas, lixões ou laterais a ferrovias. A infraestrutura é inadequada ou inexistente, detém padrão de construção precária, muitas vezes com habitações de adobe e taipa de pilão e a densidade é elevada. (Development Workshop, Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos & One World Action, 2005). Segundo Cain (2019), os *musseques* antigos correspondem a aproximadamente 32% da população de Luanda (Figuras 3 e 4).



Figura 3. Imagem aérea do bairro do Cazenga, um exemplo de *musseque* antigo. Fonte: Google Earth (2019).

⁵ O DW – Development Workshop é uma organização não governamental que assessoria o governo de Angola para o desenvolvimento de políticas e programas para assentamentos humanos e habitação de interesse social. Ver: <<https://dw.angonet.org/>>. O CEHS – Center for Environmental Health Sciences, sediado no MIT, investiga os efeitos biológicos dos agentes ambientais na saúde humana e dos nossos ecossistemas. Ver: <<https://cehs.mit.edu/about-cehs/mission>>. O OWA – One World Action é uma organização assistencial que atua prol da justiça e igualdade, a erradicação da pobreza e da opressão, tendo como base valores democráticos e direitos humanos, inspirando políticas públicas. Ver: <<https://oneworldaction.org.uk/ShortHistOWA.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022.



Figura 4. Imagem aérea do bairro do Cazenga, um exemplo de *musseque* antigo. Fonte: Rodrigo Subtil, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bv601AHHdBC/>

Os *musseques* ordenados foram autoconstruídos pelos próprios moradores, de modo informal, como extensão dos bairros populares planejados, iniciados aos finais da era colonial. Constituem-se por construções precárias, habitações feitas de blocos de concreto ou tijolos, cobertura de zinco ou fibrocimento; contemplam, geralmente, como média, de 6 a 7 membros de famílias como, por exemplo, o bairro do Palanca. A infraestrutura é inexistente ou inadequada e apresenta ligações clandestinas a redes de água e eletricidade.

Os *musseques* em transição surgiram no centro urbano de Luanda, como o Bairro Operário e Catambor e mesmo Rocha Pinto (Folha 8, 2009); próximos à infraestrutura, empregos, serviços e mercados, contudo são limitados ao espaço geográfico que os impede de expandir. Têm se densificado e crescido verticalmente. Sofrem com a supervalorização do solo por sua localização favorecida. O setor privado tem interesse nestas zonas de transição, e muitos são os casos em que moradores vendem suas residências para se assentar em áreas periféricas (Development Workshop, Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos & One World Action, 2005) (Figura 5).



Figura 5. Imagem aérea da Rocha Pinto, Luanda, um *musseque* em transição. Fonte: Fernando Filo, 2020.

Os *musseques* periféricos surgiram em Luanda no período da guerra civil, habitados pela população vinda de outras províncias do país, majoritariamente do meio rural, fugindo da guerra. O valor do solo nestes *musseques* é menor em relação aos outros, por se situar em zonas periféricas da cidade, distantes das infraestruturas urbanas, o que obriga aos moradores a ter acesso a água e eletricidade mediante fornecimento informal, caro e de má qualidade. Com construções precárias, contemplam densidade inferior às demais tipologias e se expandiram rapidamente pelo território. Seus habitantes dependem da economia informal para sua sobrevivência (Development Workshop, Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos & One World Action, 2005). Como atesta Caín (2019), os *musseques* periféricos comportavam, em 2019, 20% da população de Luanda (Figura 6).



Figura 6. Imagem aérea de Cacuaço, um exemplo de musseque periférico. Fonte: Google Earth, 2019.

3. O fenômeno das zungueiras como face da segregação socioespacial e cultural

Dentre as *zungueiras* — das quais trataremos particularmente — e *quitandeiras*, encontram-se também as *kinguilas*, os *roboteiros*, os *candongueiros* e as *kupapatas*. Estas personagens desenvolvem atividades econômicas no meio urbano luandense, porém identificadas pelo estado e a sociedade como atividades informais. A palavra *kinguila*, uma designação do dialeto *kimbundo*, significa: quem está à espera. É o nome atribuído a cambistas informais, sendo maioritariamente mulheres situadas em vários locais da cidade, como esquinas das ruas, estradas e prédios ou, até mesmo, ao redor dos mercados. A origem da palavra *roboteiro* surge da gíria luandense derivada da palavra *robot*, significando trabalho físico, ou braçal. Os *roboteiros* são homens que carregam cargas e mercadorias; ficam concentrados em grandes armazéns e mercados informais, os quais predominam nos *musseques*. Os *roboteiros* trabalham por conta própria e se utilizam de um veículo de carga como instrumento de trabalho (André & Luz, 2021; André, 2022).

A palavra *candongueiro*, originária do dialeto *kimbundo*, significa: atividades clandestinas ou negócios ilegais. O termo denomina, além das pessoas que realizam a atividade, também os veículos tipo vans da marca Toyota, modelo Hiace ou semelhantes, da cor azul e branca, que operam como meio de transporte. Fazem rotas das zonas periféricas para o centro e também circulam entre zonas periurbanas. De acordo com estudos elaborados por Fiston (2015, p. 61), este meio de transporte é responsável pela locomoção da maior parte da população luandense. *Kupapatas* são mototaxistas que tiveram o seu surgimento nos anos 1990, procurando atender às necessidades da população, por escassez do transporte público. Inicialmente circulavam entre os bairros informais e zonas de difícil acesso aos ônibus e aos *candongueiros*. Atualmente circulam por todas as zonas da cidade. A taxa tarifária nos bairros informais é estipulada dependendo da distância percorrida; entretanto, no centro urbano o custo varia em função da zona ou bairro (André, 2022).

Os espaços de troca e venda, mercados e feiras existem no cotidiano das civilizações desde milênios. Em Luanda, estas instituições foram caracterizadas pelas *quitandas*. Segundo Van-Dúnem (n. d.), a palavra *quitanda* é oriunda do termo *itanda*, no dialeto *kimbundo* que, no plural *kitanda*, significa: estrado de bordão que serve de banco, expositor de medida, sobretudo para regular a venda de tabaco de corda. A imagem da “mama *quitandeira*” caracterizou a cidade de Luanda, com as suas vestimentas fartas e tecidos angolanos de estampa colorida, enchendo as ruas e os becos e anunciando os seus produtos (Pepetela, 1990, p. 139). Na virada do século XVIII já existiam em Luanda grandes feiras, mercados e feiras livres, nomeadamente: Feira do Bungo, Feira Grande, Açougue de Peixe e o Mercado dos Coqueiros. Esses mercados eram classificados como lugares de revenda e de distribuição de produtos e alimentos; se diferenciavam dos mercados nativos, dominados pelos políticos africanos (Venâncio, 1996 p. 38). Existiam, do mesmo modo, mercados nos *musseques*.

Dentre várias estratégias do processo da colonização europeia, a descaracterização da imagem das mulheres angolanas identifica-se como uma das mais desumanas (O. Santos, 2011, p. 7). Esta afirmação demonstra a teoria de que as *quitandeiras* sempre foram alvo de silenciamento e opressão por parte de uma classe social dominante, durante o período colonial. A opressão racial e a exploração das mulheres colocavam-nas em situação de submissão tripla em função da raça, do gênero e de classe. Paradoxalmente, os mercados carregavam uma importância social para o imaginário luandense, pois não eram apenas espaços de troca e venda mas, da mesma forma, representavam um espaço social e de resistência nacionalista, no cotidiano de Luanda. Neste mesmo âmbito, Macedo (2006, pp. 50-54) considera o mercado como um “espaço da degradação das regras sociais” e “um local do trabalho honesto das *quitandeiras*, ou seja *mamãs* dignas de respeito”.

A característica de uma Luanda dualista já era evidente no período colonial; a diferença entre as classes sociais foi transmitida ao tecido urbano, onde a classe dominante residia no centro, com acesso aos serviços e infraestrutura urbana, e a classe dominada, em comunidades periféricas, sem infraestrutura e distante dos serviços. Esta dinâmica socioespacial é fruto de uma organização socioeconômica e política do espaço, que se reflete no estilo de vida, no modo de viver, habitar e se relacionar. Apesar do comércio informal ter ocorrido, em sua origem, com mais frequência nas zonas periféricas e periurbanas, as quitandeiras passaram a circular no centro urbano, com maior frequência, devido à expansão urbana e à modernização. As quitandeiras não eram bem vistas no meio urbano tanto quanto o eram nas zonas periféricas da cidade (André, 2022).

Estudos realizados por Pantoja (2000, 2001) fazem menção aos regulamentos e restrições impostos às quitandeiras de Luanda e, posteriormente, a conflitos entre as quitandeiras nativas e novos comerciantes europeus surgidos na época, por vagas nas feiras e nos mercados. Neste cenário, as quitandeiras e artesãos que não conseguiam pagar o aluguel, tiveram que se mudar do centro urbano e foram para os *musseques*, a fim de exercerem suas atividades comerciais. Pantoja (2000, p. 32) aborda que, em dado momento:

A cidade de Luanda toma nova configuração e as quitandeiras tendem a desaparecer do cenário luandense. Sem condições de habitação na cidade, as casas africanas foram se concentrando nos musseques. O mercado ficou para umas poucas que podiam pagar aluguel do espaço e competir com empresas que passaram a participar do abastecimento da cidade. Foi criado um outro mercado mas em tão precárias condições que teve vida curta. (Pantoja, 2000, p. 32).

O plano de construir mercados nas zonas periféricas tinha como intuito eliminar as feiras livres do centro urbano, buscando erradicar o comércio informal da “cidade branca” e submeter as feiras livres ao controle. Era importante, para o Estado, um plano urbanístico moderno e progressista nos moldes hegemônicos, como instrumento de domínio, incluindo o ato de disciplinar os locais e populações que resistiam ao *status quo* (O. Santos, 2011). Nesse sentido, as feiras livres em espaços cujas regras sociais não seguiam a razão capitalista e que outrora estavam sob domínio popular, passaram a se subjugar à ação disciplinar dos mercados controlados pelo poder público municipal. Dessa transição decorre um conflito entre o poder público e os comerciantes. Os comerciantes informais não se limitaram a circular apenas nos bairros periféricos e não se constrangeram com as intimidações do poder político.

No contexto atual luandense, as quitandeiras ainda existem, contudo exercem vendas de produtos tradicionais, caseiros, plantas, raízes, ervas que servem de medicina natural e, inclusive, produtos mágico-religiosos de vínculos tradicionais da cultura angolana. As quitandeiras de hoje, que exercem vendas em locais fixos, são referidas como as guardiãs da cultura e da tradição angolana. Afirma Kasembe (2005):

[...] guardiãs do pouco que restava dos seus costumes tradicionais, quase legendários, por estarem muito afastados das verdadeiras fontes, começaram por sobreviver do comércio do dia-a-dia, doces para crianças, jipepes, gengibre, cola, erva de parto, óleos de jibóia ou de galinha para reumatismos, enfim um arsenal de pequenos remédios para pequenos males. Mas, sobretudo, elas vendiam os seus dons de vidente kimbandeira (Kasembe, 2005, p. 113).

Assim como as quitandeiras, o comércio informal nas ruas de Luanda é caracterizado pelas *zungueiras*.

Elas circulam entre a invisibilidade social e a presença física e paisagística nas ruas de Luanda, entre a legitimidade social da luta pela sobrevivência e a legalidade jurídica, entre os musseques e a baixa da cidade formal, entre a riqueza, a ostentação dos poderosos e as carências cotidianas da maioria da população. Elas são as intermediárias, ocupando um entre-lugar (Bhabha, 1997), na medida em que construíram um novo lugar da cultura, um espaço de negociação, contato e interação entre grupos e indivíduos diferentes (O. A. Santos, 2010, p. 99).

A prática da *zunga* surge, no comércio informal em Luanda, como produto das práticas das quitandeiras no período pós-colonial (Figura 7). Apesar de ser exercida majoritariamente por mulheres – e o presente trabalho se focar nelas –, é importante mencionar que atualmente existem também alguns homens *zungueiros*, devido ao aumento da taxa de desemprego no país. O. A. Santos (2010) revela que a *zunga* não é uma prática propriamente nova, mas sim uma adaptação, mas afirma que o fluxo de vendedores ambulantes aumentou em Luanda, readquirindo a prática de vender e “cantalorizar” os seus produtos (O. A. Santos, 2010, p. 91). O cotidiano das *zungueiras* consiste em circular pelos armazéns, mercados, ruas e bairros, desenvolvendo vendas de porta em porta, carregando os seus produtos geralmente na cabeça ou nos braços.

Analisando a estrutura social dentro das atividades comerciais em Luanda, O. Santos (2011) descreve a *zungueira* como uma das práticas com menor status socioeconômico dentro do comércio informal; contudo, no nosso entendimento, esta afirmação é relativa, considerando o rendimento diário de algumas *zungueiras*, que pode chegar a ser superior ao dos demais trabalhadores do comércio informal. Entretanto, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019), as *zungueiras* fazem parte de mais de 51% da população angolana que vive em condições de extrema pobreza, sobrevivendo com apenas \$ 1,90 por dia, equivalentes, em dados de 2019, a R\$ 9,71.



Figura 7. Zungueiras em Luanda, Angola. Fonte: André Heitor Matias, 2021.

É possível notar uma certa rivalidade entre as quitandeiras e as *zungueiras*, nos dias de hoje. O conflito está pautado, sobretudo, porque as vendedoras nos mercados pagam impostos municipais para que seja permitido seu comércio, ao contrário de muitas *zungueiras*, que não estão registradas como vendedoras ambulantes na cidade e, portanto, não pagam taxas ou impostos relacionados à sua atividade de venda. As quitandeiras incentivam as entidades fiscalizadoras a expulsarem as *zungueiras* dos mercados. A diferença entre os preços também influencia na rivalidade; enquanto as vendedoras nos mercados oferecem os produtos a um determinado preço, as *zungueiras* vendem os mesmos produtos nas ruas a preços reduzidos, em comparação aos praticados nos mercados.

No que tange aos mercados informais, o estado angolano tem aplicado ações repressivas desde a década de 1980. Foram destruídos o mercado Banga Sumo, localizado no bairro do Prenda, que foi queimado, bem como os mercados Cala-a-Boca e Tira Bikini, e encerrada a atividade dos mercados do Rocha Pinto, Estalagem e Kinaxixe. Em 2006, surge o novo quadro no programa de reestruturação de rede de abastecimento comercial, quando foram abertos quatro novos mercados: Cazenga, Palenca, Kífica e o Vidrul (Lopes, 2014, p. 8).

Matias (2015), considerando afirmações de Isabel Raposo e David Adjaine, salienta que:

Desde meados do século XX que as cidades africanas são marcadas pelo crescimento urbano rápido, inscrevem-se num território maioritariamente rural, pontuado por uma estrutura urbana de origem colonial, desequilibrada com uma crise persistente das economias nacionais, a desaceleração industrial e o predomínio do sector terciário, em países recém-independentes. Desde finais da década dos anos 80, com a afirmação da globalização económica neoliberal, este quadro tem-se agravado, intensificando-se a diferenciação e segregação socio-espacial e o dualismo entre as áreas urbanizadas, qualificadas e renovadas, com novos condomínios com fortes sistemas de vigilância, e as imensas periferias com seu extenso manto horizontal de múltiplas cores, formas e cheiros, oferecendo condições de vida com padrões materiais muito diversos das cidades ocidentais (Matias, 2015, pp. 39-40).

A roupagem inovadora, como é apresentado o urbanismo atual em Luanda, contudo, se baseia em estruturas antigas. Essa urbanização, que afeta a população residente nos *musseques* e trabalhadores do setor informal, se impõe sobre determinadas características africanas dos territórios, no sentido de uma reengenharia fundamentada na desigualdade socioespacial, cujo discurso é o de reabilitação. Processos dessa natureza, com remoções forçadas, em busca de uma concepção de cidades modernas em moldes ocidentais, tende a privilegiar uma determinada camada social, resultando em processos de gentrificação; é notório que a

população das classes inferiores está inserida na cidade urbanizada gentrificada, tanto quanto nos *musseques*, à medida em que contingentes residem nos *musseques* e, no entanto, trabalham nos centros urbanos.

Privilegiando a adaptação forçada e incompleta de Luanda, como uma cidade global, os processos de modernização da cidade desconsideram as necessidades locais, em negligência de atividades tradicionais, como a *zunga*, agravando a desigualdade, pelo crescimento dos bairros informais (Croese, 2016). Após o período colonial e o fim da guerra civil em Angola, em 2002, a cidade de Luanda viveu uma tentativa de reconstrução via modernização de territórios e edifícios, por muitos considerada como ápice arquitetônico que, no entanto, buscou uma representação de identidade pela imagem de cidade mundializada. Entretanto, se caracteriza por exportação de *commodities* e dependência internacional e, em simultâneo, contempla uma economia baseada em atividades do setor informal.

Tomando o caso das *zungueiras* como exemplo, considera-se que a informalidade faz parte do meio urbano das cidades africanas, sendo um modo de auto-organização e subsistência, que interfere no espaço urbano. Conforme aponta Robson:

*A informalidade é uma categoria política, profissional e econômica e inclusive espacial, que atua em uma determinada situação política. Tem uma dimensão histórica profunda. É uma maneira de interação entre dois métodos, um modo de organização e gestão de políticas, de ocupação do espaço e da atividade econômica.*⁶ (Robson, 2001, p. 255 citado por Queiroz, 2016, p. 37).

A informalidade no meio urbano e a organização hegemônica representam uma relação paradoxal de interdependência. Com respeito às práticas de venda e técnicas de convencimento, é possível identificar dinâmicas utilizadas pelas *zungueiras*, para atrair seu público-alvo. Algumas tendem a alterar o preço dos produtos, consoante a raça, a nacionalidade ou até mesmo a classe social da clientela. O sucesso de suas vendas depende muito da interação com os clientes. O uso de rimas, músicas nos anúncios dos produtos, torna-se uma das principais técnicas de atração realizadas pelas *zungueiras*, prática anteriormente exercida pelas quitandeiras. Como afirma O. A. Santos (2010, p. 95): “o grito da mulher *zungueira* constituiu um dos principais elos com o tradicional pregão das antigas quitandeiras”.

Monteiro (2012) relata, em seus estudos, uma espécie de solidariedade entre as *zungueiras*; quando, ao final do dia, uma das vendedoras não consegue alcançar o rendimento diário, estas se unem, contribuindo com valores, para ajudar a companheira. Conforme relatou a *zungueira* Teresa, 36 anos:

“Quando não tenho dinheiro, não vendi nada, somos um grupo de amigas zungueiras das cuecas, as outras, nós somos bve (muitas) do grupo, quando a outra não vende recolhem 50 kwanzas de cada até dar 500 ou 700 kwanzas e dá naquela outra que não vendeu.” (Monteiro, 2012, p.121).

O *kilapi* é uma prática comum exercida pelas *zungueiras*, que funciona como crédito. A palavra se origina etimologicamente do *kinbundu*, que significa lápis grande, referente ao registro das dívidas. As *zungueiras* concedem empréstimos, às vezes cobrando taxas de juros de 50% do valor concedido aos clientes mais confiáveis, permitindo o pagamento em até três meses, por conhecerem onde residem, ou os seus filhos, ou mesmo eventualmente o local de trabalho. As *zungueiras* desenvolvem relacionamentos de amizade e confiança com os clientes, a quem concedem o *kilapi*. Por se tratar de revendedoras autônomas, elas criam seus próprios créditos, horários de trabalho e rotas (André, 2022).

O ambiente de trabalho das *zungueiras* e o próprio segmento acabam influenciando em uma esfera de negociações entre estas e suas clientes que, em geral, são também mulheres. Revela certas concorrências diárias entre as *zungueiras* e formas de se unirem frente aos obstáculos por elas enfrentados (Queiroz, 2016, p. 83). Posto isto, a atividade exercida pelas *zungueiras* lhes confere uma visão mais abrangente, além do estritamente econômico, que inclui a empatia de classe – ou o que seria o embrião de uma consciência de classe –, e laços de solidariedade, dentro das suas redes de sobrevivência. A prática é resultado de laços de confiança e solidariedade entre as *zungueiras* e serve para fomentar os negócios da *zunga*, pagar despesas diárias do lar e sustentar os filhos.

⁶ Tradução livre da autora do texto original: “Informality is an inclusively spacial political, professional and economic category that acts in a given political situation. It has a profound historical dimension. It is a way of interaction between two methods, a mode of organization and policy management, of space occupation and of economic activity.” (Robson, 2001, p. 255 citado por Queiroz, 2016, p. 37).

Na tradição cultural e histórica angolana, a mulher se encontra em posição subalterna, onde a divisão social e sexual do trabalho incentiva funções como a maternidade, o cuidado da família e da casa, como sendo essencialmente femininas (O. A. Santos, 2010). No entanto, o cotidiano das *zungueiras* aponta para o oposto, com sua contribuição efetiva para o sustento da família, tendendo, por vezes, a uma forma de exploração intrafamiliar. Muitas sustentam sozinhas suas famílias, mesmo casadas, cujos lares são formalmente chefiados pelos maridos. Vindas de províncias diferentes de Luanda, devido à guerra civil, e com baixa escolaridade, a ausência ou indiferença de alguns esposos torna o cotidiano das *zungueiras* ainda mais sofrido (O. A. Santos, 2010).

Entrevistas realizadas por O. A. Santos (2010) relatam a dificuldade de muitas *zungueiras* em manter seus relacionamentos conjugais por passarem muito tempo trabalhando fora de casa. Relatam infidelidade de seus companheiros e o consumo de bebidas alcoólicas. O motivo de muitas mulheres serem a única fonte de renda das suas famílias tem servido de pretexto para vários dos seus companheiros se isentarem das suas responsabilidades familiares, como a colaboração financeira com gastos diários e a educação dos filhos, deixando todas essas funções para as mulheres. Muitas relatam preferir estar “sozinhas a mal acompanhadas”, levando-as à separação dos companheiros. Em muitos núcleos familiares destas mulheres, em que elas são as provedoras do lar, acaba-se perdendo o status familiar em que o homem é o principal provedor. Esta mudança de papéis dentro do núcleo familiar, consequência desse processo, reverberou diretamente na estrutura social das famílias angolanas.

Observa-se que a atuação diária das *zungueiras* resulta na produção social do tecido urbano, de forma que elas, no seu modo de utilizar o espaço, dele se apropriam, criando vínculos de identidade e estilo de vida. A estrutura familiar angolana atribui o poder de tomada de decisão aos homens, para chefiarem o lar e serem seus provedores. Entretanto, O. Santos (2011) menciona estudos feitos por Chant, de 1988, e de De la Rocha, de 1997, que salientam que a relação entre provedor financeiro de um lar e o poder atribuído a ele diferem, em casos como o das *zungueiras*. Por mais que elas sejam as provedoras econômicas do lar, na presença de um homem, este acaba sendo por ele chefiado. Os autores alegam que, por questões sociais e culturais, raramente a mulher é identificada como chefe da família. Esta responsabilidade é geralmente atribuída ao sexo masculino.

Chant, em seus estudos sobre o bem-estar social e econômico das famílias, acredita que, apesar das vicissitudes e desafios enfrentados pelas mulheres e a concepção de que ausência do homem deixa o lar em uma situação de vulnerabilidade econômica, o encargo de chefe de família, muitas vezes, pode produzir mais segurança e estabilidade ao lar (Chant, 1988 citado por Santos, 2011, p. 54). Em contrapartida, as *zungueiras* por vezes são consideradas como símbolo de empoderamento das mulheres angolanas e a visão da mídia, com inúmeras notícias, oscila entre abordá-las como mulheres fortes ou repreender a venda ambulante. Notícia-se, também, que agentes fiscais do Governo da Província de Luanda e da Polícia Nacional cometem, diariamente, atos de violência, agressões físicas, destruição de produtos e tentativas de corrupção. Conforme entrevista de zungueira a Luamba (2019, para. 8): “o polícia quando vem, não tem aquele amor, destruí o nosso negócio” [...] afirmam também que polícia deve “conversar com as pessoas” e não “bater nas senhoras”.

A Human Rights Watch⁷ condenou a postura de agentes da Política Nacional, a partir de relatório em que documenta e expõe exemplos de violência e brutalidade por agentes oficiais, sofridas pelas *zungueiras*. No relatório consta que: “esta intimidação e assédio refletem o ambiente cada vez mais repressivo de Angola para os jornalistas e defensores dos direitos humanos” (Rimli, 2013). Concernente ao vendedor ambulante, consta na Lei n.º 15/19, de 21 de Maio – Lei sobre a Organização e Funcionamento das Atividades de Comércio Ambulante, Feirante e de Bancada de Mercado, no artigo 13º, que vendedor ambulante é: “todo aquele que realiza vendas ao público consumidor, mas não dispõe de um local fixo.” (Jornal de Angola, 2019, para. 3). Na mesma Lei, no artigo 16º, são regulamentados, como direitos do vendedor ambulante: ser tratado com dignidade; dispor de cartão de identificação; utilizar o espaço que lhe esteja destinado. (Jornal de Angola, 2019, para. 4). O exercício da *zunga*, portanto, é uma atividade legalizada pelo estado angolano.

⁷ A Human Rights Watch (HRW) é uma organização não-governamental internacional multiprofissional de defesa dos direitos humanos e justiça, que se pauta pela investigação, documentação e exposição de conteúdos e que realizam interfaces com governos, com a ONU e grupos regionais na cobrança de políticas públicas e ações práticas. Ver: <https://www.hrw.org/pt/about/about-us>. Acesso em: 14 jun. 2022.

A Lei n.º1/07 das Atividades Comerciais, regulamenta as práticas comerciais e normatiza o exercício do comércio ambulante, incluindo a *zunga* (República de Angola, 2007). Pelas condicionantes inerentes a esta Lei, depreende-se a estratificação socioespacial para a atividade do comércio ambulante, de modo que este não possa ser exercido livremente no espaço urbano. Trata-se de uma lei que define fronteiras entre os diferentes segmentos de comércio, excluindo e limitando a *zunga* às áreas de periferias ou rurais, uma postura cujas raízes se assentam no período colonial. Esta determinação induz à repressão por parte dos agentes fiscais, realçando uma atitude autoritária e um diálogo problemático entre órgãos públicos e os praticantes do comércio informal. Aponta para uma escassez de soluções democráticas, cujas ações não vão de encontro às necessidades da população e, em especial, no que se refere ao escopo deste trabalho, destas mulheres.

É notório que a relação que os agentes fiscais têm com as *zungueiras* compreende abuso de poder, violência, intimidação, aplicação da lei pela força e outras incoerências que, no período da pandemia de Covid-19, se exacerbou. As mortes causadas por agentes fiscais multiplicaram-se (Telo, 2021, p. 11). O poder executivo, neste mesmo período, marginalizou ainda mais a prática da *zunga*, declarando-a como uma atividade de perigo para a comunidade, negligenciando o direito das *zungueiras* ao trabalho e, conseqüentemente, à sobrevivência (Telo, 2021, p. 9).

O exercício da *zunga*, cujos motivos subjacentes são a pobreza e a ausência de oportunidades de emprego, revela uma luta que impõe sua análise como um fator social estrutural, inerente à economia do país e à baixa taxa de empregabilidade. Desta forma, perante leis e ações que se caracterizam por reprimir a venda ambulante, é necessário considerar políticas públicas includentes, que visem proteger, constituir ou melhorar as condições de trabalho destas mulheres tendo, como horizonte, sua formalização. As atitudes do Estado angolano demonstram o quanto se herdou do sistema colonial português, revelado mediante a postura ante a venda ambulante. O estado atual, de certo modo, tal qual o colono, lida com a venda ambulante de forma repressora ou por uma postura omissiva – por negligenciar que o exercício da *zunga*, é descompromissado com respeito à principal fonte de renda e sustento de muitas famílias angolanas.

Depreende-se um paradoxo de classificação, qual seja: se o comércio ambulante é reconhecido legalmente (República de Angola, 2007), ele passa a não ser propriamente informal. No entanto, a mesma lei preserva espaços centrais para atividades que não comportam a presença dos ambulantes. Aproxima-se, portanto, das categorias problemáticas de inserção social e ausência de direitos de que trata Braga (2015, 2017), ao discutir a precarização do trabalho em países periféricos dependentes e a espoliação de direitos de classes ou parcelas de classe subalternas, denominando-as subproletariado e precariado.

Atualmente, estima-se que pelo menos 73% dos personagens do comércio dito informal, em Luanda, sejam mulheres (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020, p. 6 citado por Telo, 2021, p. 6). Estas mulheres caracterizam um grupo que colabora para abastecer a cidade, das periferias aos centros, às portas de casas ou carros, com produtos a preços acessíveis (Telo, 2021, p. 11). Dentro desta perspectiva, Domingos e Brito (2018) afirmam que, em Angola, existe uma relação complementar entre a formalidade e a informalidade, em que o setor formal estimula o informal, de tal maneira que a relação formal do trabalho é um subterfúgio para a realização e perpetuação das atividades do setor informal (Domingos & Brito, 2018, p. 73). De modo complementar, M. Santos (2018) conceitua que o que define como circuito inferior e superior, apesar de serem distintos, se complementam.

É importante retomar os conceitos abordados por M. Santos (2018), dos dois circuitos – superior e inferior –, onde a informalidade e formalidade são compreendidas como compostas entre si e não definitivas e estanques, ou, nas palavras de K. L. Santos (2021, p. 7), correspondentes a uma taxonomia da organização da dinâmica da economia urbana dos países do Sul Global. Segundo K. Santos, este processo acaba resultando em atividades características exercidas no espaço urbano –, em especial, nos centros de consumo popular, como projetos de menor capitalização e organização com regulamentação e burocracias reduzidas. Buscam suprir as necessidades de trabalho e consumo das classes com menor poder aquisitivo e acabam formando o circuito inferior.

No que concerne à circulação de dinheiro, enquanto considerada como extrato do circuito inferior, a condição atual das *zungueiras* dificulta que a elas sejam cedidos empréstimos bancários, restando tão somente suas próprias redes de solidariedade. O dinheiro circula em espécie, não havendo ainda mecanismo de economia solidária articulado a este contingente.

A atividade das *zungeiras* se encontra numa condição paradoxal – pois regularizada mas, em termos reais, extremamente desprotegida e fora do âmbito de garantia qualquer relativa a leis trabalhistas. É evidente que as *zungeiras* carecem de políticas de seguridade, assistência social e outros mecanismos que as apoiem de modo que, na sua luta diária pelo sustento de suas famílias, se considere sua inserção social. Com respeito ao enfrentamento do problema da precarização laboral, são atingidas em cheio pela terceirização como tendência globalizada, onde supostamente cada indivíduo é responsável por si mesmo, sem atuação do Estado como regulador. Como horizonte político compete, por sua vez, às *zungeiras*, fortalecer sua articulação associativa organizada, para exercerem a luta por seus direitos.

Recorremos à definição de B. Santos (2018, p. 300) das Epistemologias do Sul, que dizem respeito à confirmação de conhecimentos com base nas experiências de resistência de todos os grupos sociais considerados minorias, embora representem a maioria que tem sofrido injustiças sistemáticas, repressão e destruição tributárias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. As Epistemologias do Sul são formas capazes de proporcionar um espaço em que os grupos sociais oprimidos possam representar seus próprios conceitos e crenças, com base nas suas experiências, para que assim consigam transformar o seu mundo consoante as suas próprias aspirações. Como processo originário e em curso, a subordinação destruidora do sul epistemológico e do sul geográfico deve-se à evolução desigual do capitalismo e o do colonialismo (B. Santos, 2018, p. 301).

A ideia de que o conhecimento eurocêntrico seja o único legítimo e, portanto, analisar o Sul Global sob lentes do Norte, cria uma opressão às demais fontes e formas de conhecimentos. Sistematizar as Epistemologias do Sul seria identificar e dar valor ao que frequentemente não é reconhecido, diante das epistemologias dominantes – para que esses conhecimentos, dessa forma valorizados, surjam como resistência contra a repressão às epistemologias que legitimam essa mesma repressão. As Epistemologias do Sul pretendem desvendar que os parâmetros dominantes, considerados válidos na modernidade ocidental, ao desconsiderar outros conhecimentos e não os validar, germinaram um epistemicídio massivo – a destruição de uma pluralidade de saberes que predominaram nas sociedades de origem colonial (B. Santos, 2018, p. 308). Entende-se a luta das *zungeiras* nesse quadro, que envolve aspectos econômicos e culturais.

4. Considerações finais

A desigualdade social em Luanda se manifesta espacialmente, cuja disputa pelo solo urbano traz vantagens às classes dominantes, sob convivência do aparato estatal, e segrega os contingentes mais pobres, resultando no surgimento de novos assentamentos e tipologias de *musseques*. Do domínio e desequilíbrio social estabelecido, quer seja no período colonial ou pós-colonial, resulta a segregação socioespacial.

O comércio ambulante é uma atividade que está presente no dia a dia da população angolana desde os primórdios, tais como a *zunga*; está enraizado na sociedade e acaba por se confundir com as raízes culturais populares. No período colonial, a prática foi recorrentemente marginalizada. De certa forma, após trinta anos de guerras por independência e autonomia – em que grupos políticos combateram entre si por ideias e pelo poder – o Estado angolano, ao se consumir, reconstituiu um modelo de desenvolvimento e governança que marginaliza a venda ambulante. Como resistência, essa atividade tem persistido contra a opressão, ao longo das décadas.

As *zungeiras* são parte de um conjunto de trabalhadores angolanos, cujo modo de operar é, ao mesmo tempo, ancestral – como manifestação cultural – e contemporâneo, no pior sentido, dada sua precariedade. Ainda que regulamentado pelo Estado, carece de direitos trabalhistas. As mulheres inseridas na *zunga*, apesar de terem constituído uma associação que advoga e as representa diante do Estado, não apresentam organização, força e meios para conquistas expressivas de direitos. As condições do trabalho destas mulheres são pautadas pela precariedade, superpostas à restrição de sua atuação em zonas urbanas formais, o que resulta em um ataque aos seus direitos sociais.

A *zunga* nos centros urbanos de Luanda representa subsistência e resistência, mas também um campo de conflito diário, onde se dá o literal exercício da busca pelo ganha pão, perante a ameaça repressora dos agentes fiscais. A privação de acesso e permanência em espaços públicos e restrição da venda ambulante somente a zonas suburbanas e rurais reforça a desigualdade socioespacial, pela exclusão das classes subalternas submetidas aos ditames do capital hegemônico associado ao Estado, em circular em zonas constituídas como privilegiadas que, ao fim e ao cabo, são a outra face visibilizada da desigualdade imposta.

Infelizmente, a imagem de cidade moderna que se busca por este arranjo de classes, com a participação ativa do Estado, prioriza a aparência de uma cidade global em moldes dos países centrais, onde não há espaço para a pobreza.⁸

5. Referências

- André, A. B. V. (2022). *Comércio informal, identidade e direito: o caso das zungueiras de Luanda* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/165371ceatec_ppgurb_me_Aurea_BVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- André, A. B. V., & Luz, V. S. (dezembro, 2021). *Comércio informal, identidade e direito: o caso das zungueiras de Luanda*. 23 [online]. Recuperado de <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=7&lang=pt>
- Africa Oil Week. (2019, 12 de setembro). *Profiling sub-Saharan Africa's second-largest oil producer*. Recuperado de <https://africa-oilweek.com/Articles/country-profile-angola>.
- Agostinho, Y. M. F. (2018). Os “indígenas” entre o dualismo e a segregação no espaço urbano de Luanda, 1930-1960. *Cadernos de África Contemporânea*, 1(1), 5-22. Recuperado de <http://filosofiapop.com.br/www.capeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/cac/article/view/260>.
- Amaral, I. do. (1983). Luanda e os seus “muçiques” problemas de geografia urbana. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XV/III(36), p. 293-325.
- Bettencourt, A. C. A. (2011). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas: os musseques de Luanda* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.5/3654>.
- Braga, R. (2015). *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo, SP: Alameda.
- Braga, R. (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Cain, A. (2019, 7 de maio). *Mapeamento da pobreza urbana em Luanda ao longo de quatro décadas*. Trabalho apresentado no Seminário África Habitat Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/333480590_Mapeamento_da_Pobreza_Urbana_em_Luanda_-_Africa_Habitat_-_Faculdade_de_Arquitetura_da_Universidade_de_Lisboa_-_7_de_maio_2019.
- Croese, S. (2016, agosto). Urban governance and turning african cities around: Luanda case study. *PASGR – Partnership for African Social & Governance Research*, Working Paper 18, Nairobi, Kenya. Recuperado de https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5971af3d40f0b60a400001d2/Urban-Governance-and-Turning-African-Cities-Around_Luanda-Case-Study_.pdf.
- Daio, I. (2020, 06 de abril). Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda. *ArchDaily Brasil*. Recuperado de <https://www.archdaily.com.br/br/936949/angola-informal-um-olhar-sobre-os-musseques-de-luanda>.
- Cubata. (n. d.). In *Dicionários Porto Editora*. Recuperado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cubata>.
- Development Workshop, Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos, & One World Action. (2005). *Terra – reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de Desenvolvimento* (F. Andrade, trad.). Occasional Paper n. 6. Luanda, Angola: DW.
- Domingos, A. A. X., & Brito, A. S. (2018, julho/dezembro). Trabalho e informalidade na Angola contemporânea. *Revista Kwanissa – Revista de Estudos Africano e Afro-Brasileiros*, 2, pp. 71-90. Recuperado de <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/download/9758/5696>.
- Fiston, A. J. (2015). *Acessibilidade e mobilidade na cidade de Luanda em situação de escassez de informação: pistas para intervenções* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Técnico de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1126295043834887/DissertacaoFinal_FJ_28OUT15%20\(2\).pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1126295043834887/DissertacaoFinal_FJ_28OUT15%20(2).pdf).
- Folha 8 (2009, 05 de dezembro). *O Rocha Pinto na mira da urbanização!* Recuperado de http://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/o_rocha_pinto_na_mira_da.pdf.

⁸ Este artigo é originado em trabalho de maior amplitude: André (2022).

- Fonte, M. M. A. da (2006). *Urbanismo e arquitetura em Angola: de Norton de Matos à Revolução* (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2027>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Censo 2014: resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014*. Luanda, Angola: INE. Recuperado de http://www.embaadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf.
- Jornal de Angola. (2019, 29 de junho). O estatuto legal do vendedor ambulante e os seus deveres. *Opinião*. Recuperado de <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=431100>.
- Kasembe, D. (2005). *As mulheres honradas e insubmissas de Angola*. Luanda, Angola: Nzila.
- Lefebvre, Henri. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo, SP: Moraes.
- Lopes, Carlos. M. (2014). A economia informal em Angola: breve panorâmica. *RAS – Revista Angolana de Sociologia*, 14, 61-75. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.1094>.
- Luamba, M. (2019, 21 de março). Zungueiras em Angola: "Estamos cansadas" da violência da polícia. *DW*. Recuperado de <https://p.dw.com/p/3FRH0>.
- Macedo, T. (2006). Luanda: literatura, história e identidade de Angola. In S. Pantoja (Org.), *Identidades, memórias e histórias, em terras africanas* (pp. 39-56). Brasília, DF: LGE, Luanda: Nzila.
- Matias, E. P. F. (2015). *O problema da habitação em Luanda fase aos desafios do século XXI: requalificação do Bairro Morro-Bento II* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Arquitectura e Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://recil.ulisofona.pt/handle/10437/6933>.
- Monteiro, I. L. C. (2012). *Modo de vida e de trabalho das mulheres que zungam em Luanda* (Dissertação de Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17590/1/Indira%20Lazarine%20Catoto%20Monteiro.pdf>.
- Mourão, F. A. A. (2006). *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo, SP: Terceira Margem.
- Nascimento, W. (2017, 08 de fevereiro). Ingombotas e Bairro Operário: a história de dois bairros e Luanda (1940-1960). *Por Dentro da África*. Recuperado de <http://www.pordentrodafrica.com/cultura/das-ingombotas-ao-bairro-operario-historia-de-dois-bairros-de-luanda>.
- Pantoja, S. (2000). Quitandas e arimos: um negócio feminino no abastecimento de géneros alimentícios em Luanda nos séculos XVIII e XIX In S. Pantoja (Org.), *Entre Áfricas e Brasis* (p. 35-5-49). Brasília, DF: Editora Paralelo.
- Pantoja, S. (2001). A dimensão atlântica das quitadeiras. In J. F. Furtado (Org.), *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português* (pp. 45-67). Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Pepetela. (1990). *Luandando*. Porto, Portugal: Elf Aquitaine Angola.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2019). *Relatório de desenvolvimento humano 2019: além do rendimento, além das médias além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Nova York, NY: PNUD. Recuperado de <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2020). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020 – a próxima fronteira: o desenvolvimento humano e o Antropoceno*. Nova York, NY: PNUD. Recuperado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf.
- Queiroz, L. H. C. R. de (2016). *Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23052/1/2016_La%20c3%20adsHelenaCust%20c3%20b3dioRodriguesdeQueiroz.pdf.
- Quelhas, A. (2008, 05 de outubro). Pensar e Falar Angola. Musseques de Luanda [Blog]. Recuperado de <https://blogdangola.blogspot.com/2008/10/musseques-de-luanda.html>.

- Ramos, R. (1997, 01 de agosto). A língua Kimbundu. *Ciberdúvidas da língua portuguesa*. Recuperado de <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/diversidades/a-lingua-kimbundu/351#>.
- República de Angola. Ministério do Comércio. (2007, 14 de maio). *Lei das Atividades Comerciais, Lei n. 1/07* de 14 de maio, 2007. *Diário da República*. série I, Luanda, Angola, 58, 897-909. Recuperado de <https://www.platformchinapl.mo/attachment/file/20210315/20210315171936722703.pdf>.
- Rimli, L. (2013). “*Tira essas porcarias daqui*”: *violência policial contra vendedores ambulantes em Angola* (D. Tarré, trad.). Estados Unidos da América: Human Rights Watch. Recuperado de https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/angola1013po.pdf.
- Rocha, M. J. (2010, agosto). *Desigualdades e assimetrias regionais em Angola – os factores de competitividade territorial*. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.
- Santos, B. S. (2018). *Construindo as Epistemologias do Sul: antologia essencial*. Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, M. (2014). *Da totalidade ao lugar* (1a ed., 3a. reimpr.). São Paulo, SP: Edusp.
- Santos, M. (2018). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (2a ed.). São Paulo, SP: Edusp.
- Santos, O. A. dos (2010). *Do pregão da avó Ximbinha ao grito da zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda* (Dissertação de Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos-Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23955/1/dissertacao_OASantos.pdf.
- Santos, O. (2011, dezembro). Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda. *RAS – Revista Angolana de Sociologia*, 8, 35-61. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.510>
- Santos, K. L. dos. (2021). Da informalidade ao circuito inferior: um estudo sobre a economia urbana em Gana no início do século XXI. *Geografia*, 23(50), 1-18. DOI: [10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a38272](https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a38272).
- Telo, F. C. A. (2021). Mulheres e o comércio (informal) em Luanda: um olhar para além da crise pandêmica de Covid19. *Revista Espaço Acadêmico v. 21* (edição especial), pp. 13-24. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59380>.
- Tvedten, I. & Lázaro, G. (2016, novembro). Pobreza urbana e desigualdade em Luanda, Angola. *Resumo CMI – Chr. Michelsen Institute*, 15(17), 1-4. Recuperado de <https://www.cmi.no/publications/file/6023-pobreza-urbana-e-desigualdade-em-luanda-angola.pdf>.
- Van-Dúnem, D. (n. d.). *Sobre o vocábulo quitandeira*. Luanda, Angola: Edição do autor.
- Venâncio, J. C. (1996). *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.
- Venâncio, J. C. C. (2013). *O bairro Prenda em Luanda: entre o formal e o informal* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/78629>.
- Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, SP: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute.
- Villaça, F. (2011, abril). São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, 25(71), 37-58, São Paulo. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004&lng=en&nrm=iso.